



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



VII COLÓQUIO INTERNACIONAL
"EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE"
SÃO CRISTÓVÃO/SE/BRASIL
DE 19 A 21 DE SETEMBRO DE 2013

**ACESSO E PERMANÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MARUIM -
SERGIPE**

¹ Itamar Prado Barros

² José dos Anjos Filho

Eixo: 1- Educação e Políticas Públicas

Resumo:

O presente estudo emerge da reflexão de questionamentos sobre a temática, fundamentado no artigo 3º. da LDB. Para promover a aprendizagem dos alunos levando-os a permanência com sucesso na sua vida escolar, é preciso desenvolver mecanismos do trabalho pedagógico de maneira que a função social da instituição seja realmente exercida e eficiente. O acesso e a permanência na escola, é algo que requer um olhar diferenciado no modelo de educação pública que se pretende alcançar. O objetivo da pesquisa é promover uma reflexão, junto aos órgãos envolvidos sobre o acesso e permanência na rede de ensino municipal de Maruim. Foi feito um levantamento bibliográfico e visitas. Os dados foram analisados de fevereiro a junho de 2013. Concluímos que a abordagem de como é desenvolvido o "Mais Educação" é incipiente.

Palavras-chave: Gestão escolar; trabalho pedagógico; acesso e permanência.

Abstract:

This paper emerges from the reflection of questionings about the theme, based on Article 3. of LDB. To promote the learning of the students in order to lead them to a successful permanence with in their school life, it is necessary to develop mechanisms of pedagogical work so that the social function of the institution is actually exercised and efficient. The access and permanence in school, it is something that requires a different perspective on the model of public education you want to achieve. The objective of the research is to promote a reflection within the organs involved about access and permanence in the network of

municipal school of Maruim. The methodology was based on a bibliographic survey and visits. The data were analyzed from February to June 2013. We conclude that, the approach of how it is developed the program "Mais Educação" is incipient.

Keywords: School Management; pedagogical work; Access and permanence.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo emerge da reflexão de vários questionamentos sobre acesso e permanência na rede de ensino municipal de Maruim Sergipe, que em meio a inúmeros problemas propõe-se um debate sobre as diversas formas de inserir e manter o aluno na escola com todas as perspicácias a serem vistas e analisadas, sem perder a noção dos direitos humanos.

Fundamentado no artigo 3º, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9394/96 com ênfase nos doze incisos desse artigo que articula os princípios em que o ensino será ministrado com base nesses princípios destaca-se o inciso I "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola". Observa-se que a educação como mediadora do bem estar social de uma sociedade, onde o livre debate de ideias, a busca de soluções através do conhecimento e aperfeiçoamento da sociedade, a defesa da liberdade e ao bom funcionamento de uma instituição chamada "Estado", é necessário que haja uma política educacional eficaz no combate as "mazelas" em que a educação se encontra inserida. Para isso é necessário investir na educação pública, a fim de obter bons resultados a médio e longo prazo, tornando uma fiscalização de gerenciamento desses recursos e uma distribuição adequada, efetivando assim o compromisso com a qualidade da educação que todos almejam.

Ao decorrer dos anos, a escola brasileira vem passando por mudanças significativas em termos de qualidade de ensino, mas sabe-se que ainda não é o ideal. As medidas avançaram em relações as anteriores tanto no que diz respeito a uma nova e mais significativa formulação de regras já consagradas como também no que se refere a inclusão de novos princípios como resultado de novas exigências da sociedade, particularmente daqueles setores que se dedicam ao processo educacional.

Para isso, as condições para o acesso e a permanência na escola, é algo que requer um olhar diferenciado no modelo de educação pública que se pretende alcançar, pois não se trata apenas em criar as condições para que as crianças e os jovens frequentem a escola, mas de adotar medidas cabíveis no sentido de que as condições desfavoráveis da maioria das crianças e jovens sejam revertidas no ambiente escolar, de maneira que possam continuarem na escola e avançarem nos estudos. Terão ainda que criarem melhores condições de aprendizagem no que diz respeito as instalações física e mobiliário das escolas, dar apoio aos pais e a comunidade (JACQUES et al, 2005, p. 156).

Entretanto é necessário que todas essas medidas estejam em consonância com aquilo que a escola tenha a oferecer, que é a qualidade dos seus serviços prestados a comunidade em na qual está inserida. Somente a observância de todos os recursos oferecidos pela escola, a fim de concretizar o acesso e a permanência do aluno na instituição é que poderá garantir o padrão de qualidade do ensino. Este padrão não surge do nada, mas resulta de condições adequadas que promovam o desenvolvimento coletivo do conhecimento. Percebe-se ainda que ao longo de sua trajetória a escola reforça a ideia da evasão, desigualdade e estratificação social.

Na atualidade temos uma política pública que se dá através do processo de "democratização" do acesso que está pautada em "reparos" que o sistema educacional brasileiro protagonizou ao longo de sua história

elitista, de seleção excludente, produzindo assim uma perpetua evasão escolar. Atualmente, há uma preocupação em melhorar a qualidade nos sistemas de ensino existente.

Para promover a aprendizagem dos alunos levando-os a permanência com sucesso na sua vida escolar, é preciso desenvolver todos os mecanismos do trabalho pedagógico de maneira que a função social da instituição seja realmente exercida e eficiente. Contudo, exercitando as habilidades de gestão escolar, traçando metas que assegurem o sucesso escolar. Entretanto, é cada vez mais forte o sentimento de que o século XXI deverá se preocupar principalmente em ser eficaz com relação aos objetivos e não com os custos, buscando menos fazer bem, do que fazer o que é preciso, em realizar melhorias e não melhorar o existente (Idem).

As ações voltadas para promover o acesso e a permanência do aluno na escola nesse contexto também abrange a qualidade do ensino que remete a elementos importante como a formação de professores, a disponibilidade de materiais didáticos, as condições relativas aos prédios e as instalações escolares, a saúde e bem estar dos alunos e de todo o quadro funcional da instituição.

Nota-se que na maioria das vezes, a escola pública fornece dados em seus históricos de baixa qualidade, porque não oferece o mínimo necessário para que a criança e o adolescente construam seus conhecimentos e aproprie-se de saberes alcançado pela sociedade da qual ele faz parte. Portanto, essas reflexões devem comungar na prática cotidiana das escolas, banindo do contexto escolar a dúvida de que a escola pouco ou nada tem feito para tornar o ensino prazeroso, acontecendo rotineiramente porque a instituição não se tem dado atenção devida ao que acontece fora e antes dela com seus educando. Tab. 1.

Tab. 1 - Taxa de aprovação, abandono, evasão, promoção, repetência, reprovação e distorção idade - série.

Dados educacionais de Sergipe	Ensino Fundamental anos iniciais	Ensino Fundamental anos finais	Ensino Médio
Taxa de evasão (2005)	12,7%	19,5%	5,1%
Taxa de Promoção (2005)	65,8%	59,6%	79,2%
Taxa de Repetência (2005)	21,5%	20,9%	15,7%
Taxa de Abandono (2010)	2,9%	7,8%	15,5%
Taxa de Aprovação (2010)	79,5%	67,7%	70,4%
Taxa de Reprovação	17,6%	24,5%	14,1%
Taxa de Distorção idade – série (2010)	30,9%	46,5%	51,6%

Fonte: INEP

Para reverter toda essa situação, faz-se necessário no âmbito escolar, fazer notória a participação da família na escola, junto a seus filhos, mostrar valores favoráveis ao estudo e a aquisição do saber, bem como as dimensões de comportamento que contribuam para a melhoria da qualidade de seu aprendizado. Entretanto, denota somente uma preocupação com a qualidade dos serviços que a escola presta e não uma transferência de papéis, pois a contribuição que os pais podem oferecer para o processo pedagógico escolar é de suma importância para o desempenho dos alunos e sem dúvida, também para a consolidação do acesso e permanência do aluno na instituição.

Fixar metas sobre o direito a educação, a igualdade de acesso e permanência na escola para todos, exige

uma parceria dos poderes públicos para esforça-se juntamente com a sociedade civil a fim de eliminar os obstáculos que podem implicar na vida dessas crianças e jovens, uma vez que a dedicação e competência do corpo docente é quem determina a eficácia da qualidade da educação naquilo que se propõe em realizar. O bom ensino é aquele que incentiva o surgimento de novas ideias e maneiras de pensar, oportunizando aos alunos o acesso a novos índices de aprendizagem.

A escola, por meio de pesquisas e debates direciona essa concepção de ensino-aprendizagem a construção do sujeito com o seu meio social. Ela tem o papel crucial de promover a construção do conhecimento, permitindo ao aluno o acesso do saber sistematizado, bem como de atitudes e habilidades para o exercício pleno da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa. Portanto o ensino bem planejado, o resgate da autoestima de todos os professores como mediador, focado na ênfase da exploração e na descoberta, e um dos fatos mais importantes que os docentes podem desenvolver em seus alunos é a confiança, em sua capacidade de aprender e superar as expectativas quanto ao seu próprio desempenho.

Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso, permanência e fortalecimento da educação pública em todos os níveis de ensino.

Para se obter um bom resultado em prol da melhoria na qualidade da educação, as atividades a serem desenvolvidas precisam ter conexão com o projeto pedagógico desenvolvido pela escola, ou seja, é necessário ter um alinhamento com as metas traçadas pela escola naquilo que se pretende alcançar. O Ministério da Educação e Cultura (MEC), cria e oferece subsídios a vários programas com o intuito de agregar essas iniciativas a um ensino público de qualidade.

Atualmente no Brasil existe vários projetos de suma importância e de autorrelevância nos termos de aprimorar a qualidade do ensino público, porém é necessário que haja uma estrutura disponível para a realização dessas atividades, assim como docentes capacitados para lidar com a problemática e principalmente, envolvidos com os objetivos e metas traçados pela instituição (CAVALIERE 2007).

Cavaliere (2007) também afirma que problemas graves surgem quando relatos citados anteriormente ocorrem no programa "Mais Educação" pela falta de estrutura e professores não habilitados para desenvolver tais funções. Contudo o risco é que a criança passe a receber um atendimento meramente assistencialista, fora do projeto da escola e às vezes fornecido porque não possui formação para lecionar. Algumas experiências analisadas pela autora (ligado ou não ao "Mais Educação"), empobreceram a rotina e geraram a saída de alunos (Idem).

De acordo com essas evidências faz-se necessário um estudo melhor de direcionamento na realização desses projetos, afim de que as crianças e os jovens possam permanecer na escola de fato. Se não forem observados esses casos que fogem das tendências inovadoras de ensino, colocam-se em prática sem perceber o chamado "fracasso escolar" esses meios sociais de ajustes da educação, serão nove anos de escolarização, porém nem todos terão o acesso aos mesmos níveis mínimos de conhecimento, retira-se a exclusão da escola através da "democratização do acesso", porém a permanência continua a excluir, criando condições novas para demandas por qualidade de ensino.

Outro fato importante que deve ser observado é a questão da gestão democrática, processo este que deve aferir todos os seguimentos da sociedade nos destinos da escola através de seus representantes, de acordo com as normas previstas no sistema de ensino. Segundo Oliveira (2009), "a gestão democrática não pode ser confundida somente com a eleição do diretor conforme aparece de imediato na comunidade escolar. A figura do diretor continua existindo, mas como um membro do colegiado que dirige os destinos da escola, [...] já que suas atribuições ficam limitadas pelas regras estabelecidas o no regimento escolar".

Por fim trata-se de um processo que demanda estudos rigorosos e sistemáticos com precisão de se identificar seus efeitos sobre a escola e que resultados tenham-se promovido no sentido de melhorar a qualidade do ensino e promover o maior entrosamento da comunidade escolar, porque o ensino depende de que as pessoas exerçam o direito de participar no processo de tomadas de decisões, assim como tenha o dever de agir para implementá-las. Conforme, proposto por Demo (1998, p.20 apud, LUCK, p. 83 " participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias". Para Luck (2011, p. 86) "a participação dos pais na vida da escola tem sido observada, em pesquisas internacionais como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade do ensino, isto é, aprendem mais os alunos cujos pais participam mais da vida da escola".

Diante de relatos feitos por estudiosos sobre o assunto, a família exerce um papel importante sobre a vida escolar dos filhos e cabe à escola lançar estratégias de como atraí-los esses pais, a participarem da vida e "longevidade escolar" dos seus filhos. Todas essas condutas e procedimentos sociais, mas também escolares possuem marcas distintas na formação adquirida no interior da família. Por esta razão que Lahire (1997, p. 25, apud, ÊCIO 2005), afirma que: fora dessa ação socializadora que se concentra no aspecto moral das condutas infantis, o universo doméstico, através da ordem material, afetiva e moral que reina ali a todo instante pode desempenhar um papel importante na atitude da criança na escola.

Como já foi dito que a educação é instrumento de transformação social, a escola pública deveria ser mais aguda para melhorar essa desigualdade social, no sentido equiparado com o ensino privado e nivelar toda a situação crítica em pontos mais elevados e decisivos em termos do trabalho educativo de qualidade, que se realiza dentro dela. No sistema educacional brasileiro há projetos fortes destinados a educação básica que abrange vários segmentos, na própria concepção de educação escolar destaca-se (o Mais Educação, o Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa, a Criação do Tempo Integral Escolar), esse último citado, é um projeto que tem como meta o aumento do tempo diário de permanência das crianças e adolescentes na escola, a fim de alcançar melhores resultados da ação pedagógica sobre os educando, baseado no artigo 34 da LDB/96.

É óbvio que necessita de um projeto político pedagógico que atenda as necessidades de cada comunidade escolar e uma estrutura disponível que atenda a cada particularidades, na realização das atividades afim de obter resultados positivos no rendimento dos alunos.

No artigo "Tempo de escola e qualidade da educação Pública", Cavaliere (2002), afirma que em alguns casos, pode ocorrer um efeito paradoxal causado pela ampliação do tempo. Na experiência dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, houve casos que a jornada integral empobrecida em sua rotina devido à falta de atividades diversificadas, gerou efeito contrário ao esperado, nos CIEPs de 5ª. a 8ª séries a ocupação pouco interessante do horário integral levou a criação de um conceito negativo sobre essas escolas e no seu conseqüente esvaziamento. "Nessa faixa etária a satisfação e a adesão do próprio alunado são essenciais para a sua permanência".

Por questões de inadaptação da escola integral, fica observado também o fato de que só a educação infantil e as creches funcionam em tempo integral, enquanto em modalidades de ensino, fica comprometida a garantia do padrão de qualidade do ensino público.

Segundo Bourdieu (1998, apud) a ampliação do tempo escolar, no sentido da escolarização de longa duração criou um novo tipo de exclusão, definido por ele como a exclusão pelo interior. Nesses casos observa-se que a estrutura física disponível e outros fatores como a falta de um projeto pedagógico voltado para atender as necessidades da clientela, acaba afetando de alguma maneira a "longevidade

escolar”, mostrando assim mais uma vez a questão das desigualdades praticadas dentro da escola. Embora os avanços na educação tenham ampliado através da obrigatoriedade prevista em leis, produziu-se uma democratização quantitativa do ensino através do acesso, porém em termos de qualidade ainda se produz desigualdades na própria rede de ensino público, e isso é um fato, pois que busca em outra escola da mesma rede, muitas das vezes distantes de suas residências uma escola melhor para seu filho.

Para se garantir um padrão de qualidade, os gestores precisam estar atentos ao cotidiano escolar identificando situações que comprometam o andamento da escola e busquem desenvolver ações preventivas que minimize os problemas que rodeia a escola, porque um dos maiores desafios hoje é recuperar a credibilidade dessa instituição que ao longo dos anos vem com a sua imagem desgastada, portanto, faz-se necessário seguir em frente e contornar toda essa situação.

A direção para obter êxito, é necessário que se dê continuidade aos planos e projetos anteriores, ou seja, uma boa escola precisa dar o passo a frente e dizer a quem vem, qual objetivo se compromete a perseguir. Cumprir, ou não, aquilo a que se compromete é o que determina se uma instituição é boa ou não. A escola de ensino básico ainda precisa evoluir muito nesta questão: aprender a auto avaliar-se (LARANJA, 2004, p. 246).

Por tudo isso, a escola pública precisa está dinamizada, de forma que possa exercer sua interdisciplinaridade onde as atividades serão projetadas e trabalhadas, oportunizando aos alunos maneiras de desenvolver sua personalidade no meio em que vivem.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, tem como objetivo: a elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e á permanência, com sucesso na educação pública, a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais de ensino.

Na época da elaboração, apreciação e aprovação do PNE, onde ficou estabelecido diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, embora definido em relação ao acompanhamento e avaliação do PNE que será preciso, de imediato, iniciar a elaboração dos planos estaduais de educação em harmonia com o plano nacional e, em seguida, dos planos municipais, também coerente com o do respectivo estado, ou seja, todos os esforços somados para consolidar as políticas públicas de educação em prol de um ensino público de qualidade.

A pesquisa tem como objetivo geral promover uma reflexão junto aos órgãos envolvidos nesta pesquisa sobre o acesso e permanência na rede municipal de Maruim, assim como a importância da escola na formação do indivíduo. Objetivos específicos i) analisar os programas implantados no município, em especial o “Mais Educação”; ii) Identificar e conhecer as ações e metas do Plano Municipal de Educação (PME) de Maruim; iii) conhecer as propostas pedagógicas referentes a qualidade de ensino que é ofertado pelo município.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização da pesquisa de início foi feito um levantamento bibliográfico acerca da temática abordada, em seguida foram feitas visitas a Secretaria Municipal de Educação de Maruim.

Foram elaborados formulários para entrevistas semi-estruturadas, destinadas aos coordenadores do programa “Mais Educação”, ao secretário e vice-secretário de educação do município de Maruim e a equipe pedagógica da secretaria, com a finalidade de obter informações quanto ao acesso e permanência dos estudantes da rede municipal, o Plano Municipal de Educação e a proposta pedagógica implantada pela gestão municipal.

Baseado nas técnicas de entrevistas de Martins (2002), foram realizadas entrevistas com o coordenador atual do programa “Mais Educação”, ao secretário e a vice-secretária municipal de educação e ao assessor responsável da equipe pedagógica do município. Os dados foram analisados de fevereiro a junho de 2013. Retornando posteriormente para analisar as escolas municipais.

Uma vez apurados, os dados e as informações foram analisados visando à compreensão dos objetivos de pesquisa proposto. Desse modo, as informações adquiridas ao longo da pesquisa foram agrupadas e analisadas de modo que subsidiasse a elaboração desse artigo acerca do acesso e permanência na rede municipal de ensino de Maruim Sergipe.

3. RESULTADOS

Entretanto, o município de Maruim ainda não tem o seu Plano Municipal de Educação efetivado. Segundo a Vice-Secretária da Educação do município (Ivanize Brandão), afirma que estudos estão sendo feitos para a elaboração do plano municipal. A situação educacional do município está amparada pelo documento norteador para a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME), onde são traçadas metas de caráter de urgência para a solução de problemas que surgem na educação municipal. Todos os projetos de educação para o município são ofertados pelo MEC e empresas parceiras como a Vale.

Torna-se então necessário abordar a questão da permanência na escola, com o propósito de solucionar os problemas da rede pública de ensino do município de Maruim. Diante da realidade presente, faz-se necessário realizar uma análise com significados educacionais inovadores e uma busca constante na ampliação de projetos que possam consolidar a qualidade da escola, através daquilo que tem a oferecer em termos dos seus serviços prestados a comunidade. Pois a permanência por mais tempo na escola garante um melhor desempenho em relação aos saberes adquiridos nela, juntamente com uma proposta pedagógica eficaz, que ofereça subsídios adequados para a realização das atividades escolares.

Trabalhar lucidamente em favor da escola pública, em prol da melhoria de seus padrões de ensino, em defesa da dignidade dos docentes, de sua formação permanente; significa: lutar pela educação popular, pela participação crescente das classes populares nos conselhos de comunidade, de bairro, de escola; significa incentivar a mobilização e a organização não apenas de sua própria categoria mais dos trabalhadores em geral como condição fundamental da luta democrática com vista à transformação necessária e urgente da sociedade brasileira (PAULO FREIRE, 2001, p. 153).

Fica demonstrado diante dos fatores que existe um abismo frente à educação brasileira, pelo que se propõe em fazer e o que realmente têm-se feito na prática. São necessários mais compromisso e empenho no desenvolvimento de uma escola pública de qualidade. Como já foi tratado o assunto neste artigo a respeito da falta de estrutura nas escolas e recursos insuficientes para o desenvolvimento dos projetos, tudo isso acaba engessando a qualidade do ensino público.

Percebe-se no município de Maruim que a abordagem de como é desenvolvido o “Mais Educação”, programa este capaz de solucionar partes dos problemas relacionados a educação, e que na maioria das vezes é aplicado de forma diferente daquilo em que o programa em si preconiza possíveis soluções por

demanda da qualidade da educação e acaba sendo dados estatístico preocupante, pois o que era para melhorar, acaba se enfraquecendo e não resolve o problema. Como afirma Cavaliere (2007) "a falta de estrutura e uma rotina diversificada acaba empobrecendo a rotina das aulas" e conseqüentemente geram a desmotivação dos alunos em participar do programa, como ocorreu no município, dificultando ainda mais a sua permanência na escola.

Portanto antes de desenvolver um projeto desse porte, é necessário primeiro disponibilizar recursos suficientes para que a escola seja equipada com todo material necessário, a fim de atender as necessidades da clientela. É preciso atrelar esses programas, ("Mais Educação" e outros), a proposta pedagógica da escola, para surtir efeito em termos de qualidade, senão ficará apenas na forma assistencialista e o que era para se dar certo acaba estagnando os resultados por melhoria na educação do município.

Para o coordenador municipal do programa mais educação de Maruim, Ermerson Porto, é necessário reestruturar toda a efetivação do programa, e diferenciar da maneira como vinha sendo desenvolvido. Segundo ele "para que as aulas se tornem interessantes e tenham um ganho de qualidade, é necessário que elas sejam efetuadas de forma interdisciplinar, pois as atividades a serem desenvolvidas devem ser apontadas com seriedade e ter metas a serem alcançadas, e não como uma maneira de ocupar o tempo dos educandos envolvidos no projeto como vinha ocorrendo".

A oferta qualitativa para a educação do município de Maruim, permitindo que a criança e o adolescente permaneçam na escola o tempo necessário para concluir o ensino fundamental com qualidade, deveria ser em tempo integral, pois o tempo integral e as classes de aceleração são modalidades inovadoras na tentativa de solucionar os problemas referentes ao ensino e minimizar a repetência, uma vez que a taxa de reprovação ainda é alta em Maruim, assim como a evasão. Todavia existem recursos disponíveis e estruturação na rede municipal de ensino para ser implantado o tempo integral no município (SECRETARIA MUNICIPAL DE MARUIM, 2012).

Por ser um município pobre e não possuir uma renda extra para a educação, apenas recursos destinados do governo federal, a situação torna-se desfavorável para garantir a permanência do aluno na escola em tempo integral.

Percebe-se a necessidade das autoridades e a sociedade civil, dialogarem em tempo breve possível, para traçar planos e objetivos claros, de como solucionar o problema da educação no município, garantindo um melhor equilíbrio e desempenho dos alunos. Deve-se assegurar a melhoria de infraestrutura físicas das escolas, bem como as condições para a utilização das tecnologias educacionais em multimídias, oportunizando as crianças e adolescentes atividades artístico-culturais, esportivas e recreativas em espaços adequados para que de fato a melhoria pela qualidade da educação seja de fato efetivada.

Numa carta que Anísio Teixeira escreveu a Monteiro Lobato, em janeiro de 1947, afirmava que: [...] "Os sonhos não se realizam sem que primeiro se armem os andaimes. E uma construção em andaimes pede imaginação e amor para ser compreendida" (VIANA e FRAIZ, 1986, p. 104). Para Nunes (2007), "uma escola pública com um ensino de qualidade para todos, onde a pesquisa é assumida como componente do ensino, e em que os espaços e os tempos da educação sejam significativos para cada sujeito dentro dela, uma escola bonita, moderna, integral, em que o trabalho pedagógico apaixone e compromete professores e alunos, uma escola que construa um solidário destino humano, histórico e social, foi o grande sonho de Anísio Teixeira, para o qual procurou construir andaimes (MASSANGANA 2010, p. 31).

Por certo que o conhecimento dos fatos e dos valores é um dos objetivos e propósitos do homem, em

constituir-se em diversos campos da investigação humana, através da educação e para isso torna-se viável um investimento maciço em termos de estrutura, inovação tecnológica e pedagógica nas escolas públicas brasileiras para garantir a permanência do aluno na instituição e em tempo oportuno possa dar um salto de qualidade. Citando Anísio Teixeira (2005) um dos célebres educadores do Brasil quando relata sobre a educação, que trazendo para nossos dias atuais é observado na educação pública brasileira que ela ainda está ligada a política partidária e isso traz sérias consequências para o ensino público, fato este que Teixeira (2005), já alertava: "passando para a época contemporânea, indica um divisor de águas entre duas mentalidades: de um lado, os que não acreditando no Brasil e creem que jamais resolverá seus problemas básicos, e de outro, os que acham que a Nação se pode constituir e que o seu elemento humano só é o que é por lhe haver faltado a educação, e que precisa se evolver de um confuso estado sentimental e romântico, ou de um descabido espírito de especulação e demagogia para uma sóbria e segura lucidez" (TEIXEIRA, 2005, p. 44).

Entretanto fica constatado que um dos problemas que afeta o município de Maruim é também a educação, que passa pela qualidade do ensino público tanto para a permanência do aluno na escola através do programa "Mais Educação", quanto na sua modalidade normal. Salienta-se também que a ampliação do número de vagas na educação infantil e principalmente no ensino fundamental não elimina os problemas abordados referentes à qualidade do ensino oferecido pelo município.

A análise desse estudo, junto a pesquisa feita na Secretaria Municipal de Educação de Maruim, revelou que é preciso ter objetivos claros em relação a implantação da proposta pedagógica do município, referente a qualidade do ensino que é ofertado, para que além do acesso, as condições de permanência nas escolas nas séries do ensino fundamental seja viável, juntamente com as políticas de acesso ao sistema de ensino, garantindo padrões mínimos de qualidade da educação, tanto esperado pela sociedade, sendo necessário investir mediante uma metodologia de natureza quantitativa e qualitativa e que atenda as demandas da educação do município de Maruim, garantindo o sucesso escolar dos estudantes.

A participação da sociedade civil e entidades organizacionais, e outros órgãos da administração pública unidos em prol do fortalecimento da instituição escolar, com uma proposta pedagógica forte, que favoreça o enriquecimento de suas atividades, bem como as condições de estudos e trabalhos para professores e alunos, são metas que de alguma maneira irá favorecer no desenvolvimento e consolidação da qualidade do trabalho educativo.

O sistema educacional de Maruim é composto por 17 estabelecimentos ensino: 13 da rede pública municipal, 2 da rede pública estadual e 2 da rede privada, sendo 11 de educação infantil, 16 de ensino fundamental e 3 de ensino médio, com um total de 4.350 alunos matriculados.

A partir do levantamento dos dados da verificação da existência de distorções, da identificação das problemáticas, definiu-se estratégias diferenciadas para cada desafio. Essas estratégias perpassam pela reestruturação curricular, da valorização dos trabalhadores da educação (salário, carreira, qualificação, etc.) que contemplem a dignidade da carreira educativa, em conformidade com a legislação vigente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o trabalho tentou mostrar, uma reflexão sobre uma linha inovadora de estudos que precisa relativamente despertar o interesse pelos fatos que fogem a tendência vislumbradora da educação, mediante as variações que contribuem para os estudantes ter "longevidade escolar". Faz-se um alerta também para o chamado fracasso escolar, pois é necessário fazer uma análise de tudo aquilo que se investe em educação nesse país através dos projetos educacionais, para que além do acesso, as condições

de permanência na escola sejam efetivadas, bem como as estratégias de investimentos adotadas, seja realmente de fato consolidada, uma vez que já se tornou comum a afirmação de que as políticas públicas voltadas para a educação básica não têm contribuído para garantir um ensino de qualidade.

Nessa perspectiva, de uma educação pública democrática, podemos enfrentar esses problemas pelo processo de gestão democrática em que as políticas educacionais possam ser relativamente discutidas, pensadas e avaliadas pelos conselhos de educação, afim de que em tempo oportuno torne viável a permanência do aluno na escola de tempo integral. Ficou observado também, que existe um grande desafio a ser vencido na educação brasileira em tudo aquilo em que se cria e projeta para a educação e o que realmente na prática acontece, ou seja, há uma distância entre o "querer e o fazer" nos projetos destinados para a educação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Edição 2011.

CAVALIERE, A. M. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**.

_____ Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 04/05/2013.

COLOMBO, S. S. Gestão educacional: **Uma nova visa**. Artmed, Porto Alegre, 2004.

DELORS, Jacques. **Educação para o Século XXI**. Artmed. Porto Alegre, 2005.

FREIRE, P. Vida e Obra. SOUZA, A. I. **Expressão Popular**. São Paulo, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

IBGE "Censo 2010".

_____ Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010. Acessado em 19 de maio de 2013.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 9ª. ed. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2011.

NOGUEIRA, M. A. et. al. Família & Escola: **Trajetória de escolarização em camadas médias e populares**. 4 ed., Petrópolis, Vozes, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Valtênio Paes de. **LDBEN comentada**. Redes, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 16ª edição. ed. Afrontamento, 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARUIM. **PME**, 2013.

TEIXEIRA, A. S. **A Educação e a Crise Brasileira**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

Nota:

¹ Licenciado em Geografia, Pós-graduado (Lato Sensu) em Gestão Ambiental e Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA, UFS, Avenida Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze, São Cristovão, SE, CEP: 49100-000, e-mail: itamarprado16@hotmail.com. Membro do grupo de pesquisa Acqua/UFS.

² Licenciado em Pedagogia e Pós-graduando (Lato Sensu) em Educação e Gestão, Faculdade Pio Décimo. Professor da Rede Municipal de Ensino de Maruim. Prefeitura Municipal de Maruim, S/N, Praça Barão de

Maruim. Maruim/SE, CEP: 4970-000, e-mail: anjosoiteiros@hotmail.com.